

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	156.543.166,25	100.000,00
Pessoal Ativo	124.075.960,61	70.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	32.467.205,64	30.000,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	27.735.796,88	100.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	435.796,88	100.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	27.300.000,00	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	128.807.369,37	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a+III b)	128.807.369,37	0,017711
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	253.295.408,50	0,034829
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	240.630.638,07	0,033088
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	227.965.867,65	0,031346

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE, consulta efetuada em 17/01/2018, às 15 horas e 40 minutos.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
 2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/1/2018.

Salésio Bauer
 Secretário de Administração e Orçamento Substituto

Denise Goulart Schlickmann
 Secretária de Controle Interno e Auditoria

De acordo.
 Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Manoel Martins
 Diretor-Geral

De acordo.
 Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Desembargador Antônio do Rêgo Monteiro Rocha
 Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b")

R\$1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a)-(b+c+d+e)					
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)		-	-	-	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)		-	-	-	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor		-	-	-	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		248.446,18	-	47.617,48	-	-	200.828,70	200.828,70	-	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário		248.446,18	-	47.617,48	-	-	200.828,70	200.828,70	-	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados		-	-	-	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		-	-	-	-	-	-	-	-	-
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros recursos vinculados		2.850,00	-	-	-	2.850,00	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos		2.850,00	-	-	-	2.850,00	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		251.296,18	-	47.617,48	-	2.850,00	200.828,70	200.828,70	-	-
Recursos Ordinários		1.065.946,55	-	444.042,39	94.306,76	5.563,44	522.033,96	522.033,96	-	-
0100 - Recursos Ordinários		1.065.946,55	-	444.042,39	94.306,76	5.563,44	522.033,96	522.033,96	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		1.065.946,55	-	444.042,39	94.306,76	5.563,44	522.033,96	522.033,96	-	-
TOTAL (III) = (I+II)		1.317.242,73	-	491.659,87	94.306,76	8.413,44	722.862,66	722.862,66	-	-
RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹		-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE, consulta efetuada em 17/01/2018, às 15 horas e 40 minutos.

¹ A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

- O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
- Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
- A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
- Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 875.887,50.

Salésio Bauer
 Secretário de Administração e Orçamento Substituto

Denise Goulart Schlickmann
 Secretária de Controle Interno e Auditoria

De acordo.
 Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Manoel Martins
 Diretor-Geral

De acordo.
 Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Desembargador Antônio do Rêgo Monteiro Rocha
 Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRUBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	128.807.369,37	0,017711
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	253.295.408,50	0,034829
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	240.630.638,07	0,033088

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	722.862,66	722.862,66

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE, consulta efetuada em 17/01/2018, às 15 horas e 40 minutos.

Salésio Bauer
Secretário de Administração e Orçamento Substituto

Denise Goulart Schlickmann
Secretária de Controle Interno e Auditoria

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Manoel Martins
Diretor-Geral

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Desembargador Antônio do Rêgo Monteiro Rocha
Presidente